



GT 015. Antropologia das Mobilidades Contemporâneas

André Dumans Guedes (GSO/UFF) -
 Coordenador/a, Candice Vidal e Souza (PUC Minas) -
 Coordenador/a, Luzimar Paulo Pereira
 (Universidade Federal de Juiz de Fora) -
 Debatedor/a

Este grupo de trabalho pretende abrigar pesquisas que tenham as mobilidades como objeto etnográfico. Buscamos dialogar com trabalhos que abordem as formas e significados de experiências, práticas e representações diversas sobre o deslocamento, em diferentes contextos socioespaciais e temporais. Para tal fim, sugerimos que os trabalhos tratem de uma ou mais das seguintes questões: 1) as formas de mobilidade ou deslocamento cotidiano, seus arranjos espaço-temporais característicos e sua relação com formas de organização de coletivos, identidades e institucionalidades; 2) as diferenças nos deslocamentos (ou nas imobilidades) pensadas em suas relações com as capacidades diferenciais dos sujeitos de se mover e ter acesso ao mundo, em razão de situações de classe, gênero, localização, etnia, idade ou valores religiosos e morais; 3) as propostas e reflexões metodológicas para o estudo de sujeitos em movimento. As mobilidades em questão podem situar-se no interior de áreas urbanas, rurais ou naturais; ou entre tais espaços. Nesse sentido, buscaremos orientar nossa discussão coletiva pelo diálogo com aquelas reflexões pioneiras sobre o tema surgidas dos estudos sobre o campesinato brasileiro. O que há de particularmente inspirador nestes estudos, balizando aqui nossa discussão, é a estratégia de analisar as múltiplas formas e modalidades de movimento conjuntamente com a diversidade de vocabulários, linguagens e formas narrativas de que se servem aqueles em deslocamento.

Lugares, caminhos e mares?: sentidos da circulação e deslocamentos na produção musical caiçara

Autoria: Patricia Martins

Neste paper busco trazer uma releitura de dados etnográficos produzidos através de minha tese de doutoramento, onde diferentes percursos foram marcados pela circulação de violas e rabecas, instrumentos utilizados no fazer musical de gentes caiçaras. Por meio de seus fazeres, afinações, versos e trocas, se estabelecem dinâmicas próprias, nestes percursos, o fazer musical produz balizas, constituindo e sendo constituído nestes movimentos, através das águas do litoral do Paraná e de São Paulo. É ao circular e fazer com que as coisas circulem que violas e rabecas e as pessoas que as produzem juntamente com as musicalidades que delas se expressam e ganham significação potencializando-se neste trânsito. Deste modo, a configuração destes espaços de produção musical se modulam de acordo com as relações que os condicionam, estabelecidas entre pessoas, como também entre elas, as coisas, os sons e os meios que motivam seus deslocamentos. O interesse nesse tipo de abordagem nos leva a conceber os movimentos para além de seus condicionantes físicos-geográficos, incorporando na análise perspectivas sobre o que podemos chamar regimes caiçaras de territorialidade?. Embora diferentes instrumentos e campos de análise buscam criar áreas previamente delimitadas, a terra caiçara habitada parece se tecer de uma diversidade de formas de mobilidade, que, conceitos como de migração ou êxodo rural deixam escapar. Como e em que medida terras constituídas em um modo de habitar que é, muitas vezes, também um deslocar-se, se transformam em conexão com essa produção musical específica? E inversamente, como essa produção musical se constitui nestes deslocamentos, uma vez que o movimento cria as suas próprias formas de territorialização? São algumas das questões que irei perseguir neste artigo.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

